



21, 22 E 23 OUTUBRO

**CURSO
PRESENCIAL
BRASÍLIA-DF**



Contratação de Soluções de TI

**De acordo com a
Lei de Licitações
e a Jurisprudência
do TCU**

CARGA HORÁRIA
24 HORAS

→ Professor **ANDRÉ PACHECO**



» Inscreva-se já! Acesse
www.eloconsultoria.com

SOBRE O CURSO

A contratação de soluções de Tecnologia da Informação tornou-se uma das áreas mais estratégicas e sensíveis da Administração Pública, exigindo elevado grau de planejamento, domínio normativo e alinhamento às diretrizes de governo digital, segurança da informação e controle externo.

Este curso apresenta, de forma completa, prática e atualizada, todo o ciclo de contratação de soluções de TI no setor público, à luz da Lei nº 14.133/2021, da IN nº 94/2022 da Secretaria de Governo Digital, das normas complementares e da jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União – TCU. O conteúdo percorre desde o planejamento das contratações até a gestão contratual, com foco em decisões seguras, eficientes e aderentes às melhores práticas.

A capacitação aborda as principais modalidades e objetos de contratação de TI, como software, desenvolvimento e manutenção de sistemas, infraestrutura, computação em nuvem, portais digitais, empresas públicas de TIC e serviços de atendimento ao usuário, além de explorar modelos oficiais de contratação aprovados pela SGD/MGI. Também são discutidos temas críticos como pesquisa de preços, métricas de contratação, segurança da informação, privacidade e prevenção de falhas recorrentes apontadas pelos órgãos de controle.

Público-alvo:

- Gestores
- Técnicos
- Assessores
- Auditores
- Procuradores
- Advogados
- Gestores de TIC
- Membros de comissão de licitação
- Pregoeiros
- Fiscais de contrato
- Demais interessados no assunto

CONTEÚDO

Programático

1. Introdução
2. Relevância da TI
3. Governança de TI
4. Governança das Contratações
5. Planejamento Estratégico de TI
6. Principais novidades da Lei 14.133/2021
7. Processo de Contratação de TI
8. O antigo modelo de contratação de TI
9. Diretrizes do atual modelo de contratação de TI
10. Recursos Humanos Capacitados na Gestão de TI
11. Planejamento
12. Parcelamento dos Serviços de TI
13. Pagamento por Resultados
14. Qualidade
15. Controle Efetivo sobre a Execução do Contrato
16. Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI
17. Atores do Modelo de Contratação de TI (Decreto 11.246/2022)
18. Gerenciamento de Riscos (IN 94/2022 e da Lei 14.133/2021)
19. A NBR 31000:2018 e a jurisprudência do TCU a respeito
20. Mapa de Gerenciamento de Riscos
21. Identificação e Análise dos Principais Riscos
22. Classificação e Avaliação dos Riscos
23. Mensuração da Probabilidade de Ocorrência, do Impacto e dos Danos Associados aos Riscos
24. Seleção do Tratamento aos Riscos, Definição das Ações Preventivas, das Ações de Contingência e dos Responsáveis
25. Registro e Acompanhamento das Ações de Tratamento dos Riscos
26. Fase Preparatória – Planejamento Preliminar da Contratação
27. Plano de Contratações Anual (PCA)

28. Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação
29. Documento de Formalização da Demanda (DFD)
30. Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETP)
31. Definição e Especificação das Necessidades/Requisitos
32. Análise Comparativa de Soluções
33. Análise Comparativa de Custos Totais de Propriedade
34. Estimativa do Custo Total da Contratação
35. Escolha e Justificativa da Solução Escolhida
36. Declaração de Viabilidade da Contratação
37. Demais exigências da Lei 14.133/2021
38. Fase Preparatória – Termo de Referência (TR)
39. Definição do Objeto da Contratação
40. Código do Catálogo de Materiais (Catmat) ou Catálogo de Serviços (Catser)
41. Descrição da Solução de TI
42. Justificativa para Contratação
43. Especificação dos Requisitos da Contratação
44. Requisitos e Obrigações Quanto à Segurança da Informação e Privacidade (IN 94/2022 e LGPD)
45. Definição das Responsabilidades
46. Modelo de Execução e Gestão do Contrato
47. Modelos Tradicionais x Modelos Híbridos
48. Estabelecimento de Níveis de Serviço
49. Métricas para Serviços de TI
50. Riscos no Uso de UST - Unidade de Serviço Técnico: a jurisprudência do TCU (Acórdãos 2037/2019-TCU-Plenário e 1508/2020-TCU-Plenário)
51. Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e Atendimento a Usuários – Helpdesk (Portaria 6.432/2021 da SGD/ME)
52. Modelo de Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software (Portaria 5.651/2022 da SGD/ME)
53. Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão (Portaria 844/2022 da SGD/ME)
54. Estimativas de Preços (IN 65/2021 Seges/ME)
55. Planilha de Custos e Formação de Preços
56. Adequação Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro
57. Regime de Execução do Contrato
58. Critérios Técnicos para Seleção do Fornecedor

59. Contratação de Licenciamento de Software e Serviços Agregados (Acórdão 2569/2018-TCU-Plenário)
60. Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas
61. Contratação de Solução de Autenticação para Serviços Públicos Digitais
62. Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Sustentação e Manutenção de Software
63. Contratação de Infraestrutura de Centro de Dados, Serviços em Nuvem, Sala-cofre e Sala Segura
64. Contratação de Empresas Públicas de TIC
65. Contratação de Serviços de Desenvolvimento. Sustentação e Manutenção de Portais na Internet
66. Demais exigências da Lei 14.133/2021
67. Fase Preparatória – Instrumentos Convocatórios
68. Edital
- 69 Minuta do Contrato
70. Transparência
71. Seleção do Fornecedor (Lei 14.133/2021 e IN 73/2022 Seges/ME)
72. Pregão – Decreto 10.024/2019 (Bens e serviços comuns)
73. Concorrência com critério Técnica e Preço (Serviços de natureza predominantemente intelectual ou bens e serviços especiais de TI)
74. Diálogo Competitivo
75. Contratação Simultânea
76. Procedimentos Auxiliares
77. Credenciamento
78. Pré-Qualificação
79. Registro de Preços (Decreto 7.892/2013) e a jurisprudência do TCU a respeito da adesão a ARP de objetos de TI
80. Registro Cadastral
81. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
82. Margem de Preferência
83. Aferição de Exequibilidade das Propostas
84. Contratação Direta
85. Inexigibilidade
86. Dispensa da Licitação
87. Gestão do Contrato (à luz da Lei 14.133/2021 e jurisprudência do TCU)
88. Atores da Gestão do Contrato

89. Gestor do Contrato
80. Fiscal Técnico do Contrato
81. Fiscal Requisitante do Contrato
82. Fiscal Administrativo do Contrato
83. Fiscal Setorial do Contrato
84. Início do Contrato
85. Elaborar Plano de Inserção
86. Convocar Reunião Inicial
87. Realizar Reunião Inicial
88. Artefatos: Plano de Inserção, Termo de Compromisso e Termo de Ciência
89. Encaminhamento Formal de Demandas
90. Elaboração de Ordem de Serviço ou de Fornecimento
91. Definição e especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos
92. Volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos, segundo as métricas definidas
93. Cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos
94. Identificação dos responsáveis pela solicitação do bem ou serviço na Área Requisitante da Solução.
95. Monitoramento da Execução
96. Monitoramento pelo Gestor do Contrato
97. Monitoramento pelo Fiscal Técnico (Área de TIC)
98. Monitoramento pelo Fiscal Requisitante (Área de Negócio)
99. Monitoramento pelo Fiscal Administrativo
100. Cálculos Trabalhistas
101. Autorização de Pagamento
102. Aplicação de Sanções
103. Alterações Contratuais
104. Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato
105. Inexecução Contratual
106. Transição e Encerramento Contratual

CONHEÇA O **PROFESSOR**



AANDRÉ LUIZ FURTADO PACHECO,

CISA (Certified Information Systems Auditor), é graduado em Processamento de Dados pela Universidade Católica de Brasília e MBA em Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Auditor Federal de Controle Externo, atua na área de TI há 43 anos, dos quais 31 anos como Auditor de TI. Ocupou os cargos de Diretor de Planejamento de Auditorias; Gerente de Auditoria de TI; e Assessor do Secretário de Fiscalização de TI do Tribunal de Contas da União (TCU). Membro da Comissão Avaliadora do Teste Público de Segurança das Urnas Eletrônicas de 2021 e de 2023. Realizou a supervisão e a revisão do Manual de Auditoria de Sistemas e da 1ª edição da Cartilha de Boas Práticas de Segurança da Informação do TCU. Coordenou o Levantamento de Governança de TI na Administração Pública Federal que resultou no Acórdão nº 1.603/2008-TCU-Plenário, paradigma para a Governança de TI no Setor Público. Participou da revisão do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI. É instrutor de Auditoria da TI, de Licitações de TI, Governança e LGPD nos cursos do TCU e da FGV. Possui larga experiência nas áreas de auditoria, docência e tecnologia da informação.

BENEFÍCIO DO **CURSO**

Nossos cursos oferecem uma experiência completa. Invista no seu futuro com benefícios e vantagens que fazem a diferença na sua jornada de aprendizado!



COFFEE BREAK



**MATERIAIS DE
APOIO**



**CERTIFICADO DE
PARTICIPAÇÃO
DIGITAL**

Investimento

R\$ 3.900,00

(Três mil e novecentos reais)

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado para
ESCOLA DE NEGOCIOS ELO CURSOS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 30.965.048/0001-03
IE: 07.868.348/001-03

FORMAS DE **PAGAMENTO**

O envio da Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas abaixo:

BANCO DO BRASIL

Agência: **0452-9**

CC: **53045-0** ou dígito (X)

PIX: CNPJ: **00.714.403/0001-00**

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Agência: **2458**

C/C: **3457-7**

PIX: CNPJ **30.965.048/0001-03**



Brasília/DF
SHN Quadra 2 • Bloco H
Sobreloja Metropolitan Hotel • Cep: 70.702-905
elo@eloconsultoria.com

61 3327-1142 • 61 3328-1390 • 61 98592-4828

 [elo_consultoria](https://www.instagram.com/elo_consultoria)

 [eloempresarial](https://www.facebook.com/eloempresarial)

 eloconsultoria.com